

10

Movimentos sociais e suas teorias na democratização brasileira

Pablo Assis Almeida Fraga

DOI: 10.47573/aya.5379.2.74.10

RESUMO

O estudo aqui escrito, tem sua produção realizada através de metodologias de pesquisas bibliográficas e tem a meta de organizar as teorias criadas nos movimentos sociais brasileiros na sua democratização, colocando em evidência as quatro etapas que tem ligação direta com os trabalhadores assalariados e o método e que aplicasse a democratização popular com consciência dos mesmos. O nascimento do combate contra a Ditadura e a forma dos significados que o capitalismo brasileiro e latino-americano tem em suas singularidades são descritos na etapa um; na etapa dois ocorre a descrição da forma como as teorias dos movimentos sociais surgiram, colocando oposição as determinações pré-existentes na transformação social e suas autoridades, dando ênfase a parte de autonomia a ao caráter extra-institucional da luta social. A terceira etapa mostra o destaque nas particularidades, que tem o ponto de vista Marxista, defendendo as novas maneiras da associação civil que está concentrada nas Organizações Sociais tendo atuação no Estado dando total ênfase a compreensão das diferenças e as diversidades culturais, ao enaltecimento da justiça em uma sociedade pacífica, com uma participação ativa, democrática e cívica, na quarta e última etapa pauta-se sobre os estudos da maneira como Organizações Não Governamentais (ONGs) tem suas redes e participam ativamente e diretamente na área democrática categorizada como cidadania coletiva e exclusão social.

Palavras-chave: democratização. movimentos sociais. teorias sociais. luta de classes.

ABSTRACT

The study written here has its production carried out through bibliographic research methodologies and aims to organize the theories created in the Brazilian social movements in their democratization, highlighting the four stages that have a direct connection with salaried workers and the method and to apply popular democratization with awareness of them. The birth of the fight against the Dictatorship and the form of the meanings that Brazilian and Latin American capitalism has in its singularities are described in stage one; in step two, there is a description of how the theories of social movements emerged, opposing pre-existing determinations of social transformation and its authorities, emphasizing the autonomy and extra-institutional character of social struggle. The third stage shows the emphasis on particularities, which have a Marxist point of view, defending the new ways of civil association that is concentrated in Social Organizations acting in the State, giving full emphasis to the understanding of cultural differences and diversities, to the enhancement of justice in a peaceful society, with an active, democratic and civic participation, the fourth and final stage is based on studies of the way in which Non-Governmental Organizations (NGOs) have their networks and participate actively and directly in the democratic area categorized as collective citizenship and social exclusion.

Keywords: democratization. social movements. social theories. class struggle.

INTRODUÇÃO

Neste estudo vamos destacar as quatro principais etapas e faces das teorias dos movimentos sociais na democratização brasileira, colocando-as em maneira mais ampla realizando um balanço com destaque nos trabalhos dos movimentos rurais, indígenas, femininos, ecológi-

cos, negros e trabalhistas.

As teorias são muito importantes, pois quando devemos explicar nos movimentos sociais o porque de existir jornadas de trabalho extremas e cansativas com salários muito baixos que não cobrem as necessidades básicas dos trabalhadores, é necessário o estudo das mesmas, para que as ideias teóricas possam ser estudadas e explicadas de forma concreta e imediata, afim de serem absorvidas e colocadas em prática para modificar a realidade trabalhista, não deixando mais ocorrer a exploração dos trabalhadores em geral.

Para tratarmos das teorias dos movimentos sociais através das estratégias democráticas teremos que observar alguns pontos específicos e fundamentais como o regime de acumulação flexível que destaca a transição do capital-imperialista junto ao sistema global de reestrutura na produção do capital; o final do bloco socialista que instala a propagação do capitalismo com novas crises instauradas; o surgimento de novas lutas e desafios com a instauração de novos movimentos sociais e suas teorias.

Os novos movimentos sociais entram nesta nova fase como uma expressão de luta política colocada pela sociedade, apesar de ser um assunto controverso e de difícil entendimento por ter ideias opositoras em razão das teorias ainda não serem completamente aceitas, uma vez que observamos que a luta política e de classes se tornou uma organização de partidos políticos do proletariado contra os capitalistas.

Essa luta tenta nos fornecer a compreensão das estratégias usadas de maneira na teoria, nas organizações, na política para as questões da transformação social, realizando um projeto na política para a organização das lutas e dos objetivos fundamentados nas teorias dos movimentos sociais brasileiros.

DESENVOLVIMENTO

Quando as novas teorias dos movimentos sociais surgiram no Brasil, vieram acompanhar o mesmo surgimento destas teorias que aconteciam na Europa e a partir desta situação que ocorreram as modificações das formulações teóricas, necessárias no país, para consolidá-las.

No momento em que começou a ocorrer uma passagem na promoção na luta das classes operárias para a construção de partido político que a representasse no Brasil foi reivindicado que o mesmo tivesse um olhar crítico e uma experiência com as novas teorias dos movimentos sociais na democratização para que assim pudesse construir seu estrategema com o intuito de colocar a causa socialista em voga no país.

Para que este estrategema fosse realmente alcançado era preciso passar por fases de consolidar e radicar a Democratização no país, observando todos os direitos sejam políticos, sociais ou civis para que ocorresse um desenvolvimento com igualdade a todos que o necessitavam.

As novas teorias dos movimentos sociais na democratização brasileira se disseminam na prática da política com a base na trajetória nas lutas das classes trabalhistas e sociais através de quatro etapas que veremos a seguir.

A primeira das quatro etapas nos destaca a produção teórica com uma perspectiva mar-

xista mesmo sendo sob o período de Ditadura Militar no país; começou nesta etapa a organização e criação das lutas de classes operárias e dos movimentos sociais tornando-se intensas e abrindo um leque imenso de colaboração das classes dominantes e da classe operária, observando com estas movimentações um início de transformações evolucionistas e progressistas, mesmo tendo, em algumas vertentes, uma divergência de visão e interpretação da perspectiva marxista dentro da sociedade e das lutas traçadas neste período.

Na segunda etapa começa a introdução de novos padrões políticos, sociais, trabalhistas de acordo com a citação da autora Ilse Schere-Warren no texto Rede de Movimentos Sociais de 1996:

"[...] macro ao micro, do geral ao particular, da determinação econômica à multiplicidade de fatores, da ênfase da sociedade política para a atenção na sociedade civil e, finalmente, das lutas de classes aos movimentos sociais [...]" (SCHERE-WARREN, 1996, p. 15)."

O padrão marxista predomina no Brasil até o início da década de 80 tendo o cuidado de sinalizar e mostrar a novidade nos movimentos sociais trabalhistas, pois só a partir desta década todas as novas teorias dos movimentos sociais tem importância e saliência na sociedade para mudar o pensamento social no Brasil.

O escritor Marco Antônio Perruso no texto A Temática dos Movimentos Sociais Urbanos no Brasil dos Anos 1970/80 na Revista Mundos do Trabalho de 2012 descreve as particularidades do novo movimento social que são: reivindicações para a área da saúde, transporte, habitação e educação junto ao Estado e as empresas fazendo pressão para serem atendidas; defender os exercícios auto gerenciados nas ações diretas; caráter de autonomia; ter a base social praticamente de "pessoas de periferia", diversificada e interclassista; ter igualitarismo e comunitarismo; realizar análises das autoridades e das associações vindas através de teorias das classes populares ou que estão vinculadas ao regime militar; uma organização alta com apoio de advogados, assistentes sociais e assessorias; desenvolver atos espontâneos e voluntários; trabalhadores das Comunidades Eclesiásticas de Base e das pastorais tem influências em suas funções trabalhistas; formação de novos militantes e uma nova geração que dão valor a democracia e ao trabalho; valorização das experiências e saberes da vida e os movimentos surgidos criam uma nova defesa da cidadania em espaços públicos distintos.

O novo sindicalismo é formado a partir dos novos movimentos sociais que começam a ter força na sociedade fortalecendo uma intelectualidade e sintonia entre os integrantes do mesmo, seja urbano, rural, feminista, ecológico, pacifista ou jovem.

O autor Perruso no texto Em Busca do "Novo": intelectuais brasileiros e os movimentos populares nos anos 1970/80, em sua tese de doutorado de 2008, relata que os intelectuais surgidos recentemente faziam parte dos novos movimentos sociais e foram criados com uma nova imagem científica, política e social, através dos questionamentos e saberes populares, afim de organizar de forma simbólica e material a nossa sociedade.

Criou-se assim o chamado Terceiro Setor, onde os novos intelectuais atuavam na área educacional, principalmente nas Ciências sociais e Ciências humanas, conforme descreve Perruso:

"[...] tanto no meio acadêmico como no mundo dessas organizações que depois chamaram-se Terceiro Setor" (PERRUSO, 2008, p. 508).

Este Terceiro Setor tinha a intenção de promover a carreira na área acadêmica dos professores e pesquisadores com o encaminhamento a defesa e assessoramento dos movimentos populares, executando um papel de divulgador desta nova visão e cultura e apesar de ter um vínculo com a classe dos trabalhadores, não tem o reconhecimento de seu trabalho pela mesma, nem pelos partidos políticos e pelas organizações brasileiras esquerdistas.

Os novos intelectuais brasileiros perceberam que a forma de permanecerem em evidência, com motivação e ajudando na participação dos novos movimentos sociais, seria continuar no meio acadêmico e participar ativamente de Organizações Não Governamentais (ONGs), que em sua maioria são mantidas por doadores da área internacional, empresarial ou religiosos. Estes intelectuais que estão ligados as ONGs eram na verdade as pessoas que falavam pelas ONGs, as criticavam, segmentavam e educavam a população em geral afim de firmar a luta social dos novos movimentos sociais surgidos no país.

Por este trabalho intelectual ser necessário no novo movimento social na democratização brasileira, criou-se um novo profissional: agente de recursos (o profissional que assessora os movimentos sociais e capta recursos)

Os novos intelectuais ou acadêmicos tem uma enorme contribuição para as articulações dos novos movimentos sociais e dos projetos sociais pois incentivam a construção das classes com o fortalecimento das lutas que elas demandam.

Virgínia Fontes descreve sobre a aproximação entre os pesquisadores e os movimentos sociais em O Brasil e o Capital-imperialismo: teoria e história:

“A aproximação...consolidava, equivocadamente, uma visão imediatista dos setores populares, sem com eles socializar os extensos debates teóricos travados nas universidades [em expansão], e difundia uma concepção da 'recusa' da luta em torno do Estado, desconsiderando-o como momento necessário (FONTES, 2010, p. 229-30).”

Por este fator, o choque que as novas teorias dos novos movimentos sociais atuam na sociedade como um todo e no seu crescimento e evolução através de modificações e mudanças.

A terceira etapa das teorias dos novos movimentos sociais na democratização brasileira tem como divisa os primeiros anos da década de 1980, onde se procurava novas maneiras de organizar e realizar a política no intuito de fazer a instauração de uma nova cultura popular política. Ilse Scherer-Warren destaca :

"[...] substituir as análises em termos de processos históricos globais, por estudos intensivos de grupos específicos organizados, ou das 'identidades restritas' [...] (SCHERER-WARREN, 1996, p. 17).”

A fundamentação para uma cultura política popular traz uma união nas classes “sujeito popular e ator social” passando a ser nomeada de classe social, onde envolve todas as nomenclaturas nas transformações políticas e culturais, conforme cita a autora Maria da Glória Gohn (2011) no texto Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos:

"[...] pesquisar a identidade dos movimentos, ouvir suas falas, captar suas práticas cotidianas foram se tornando os objetivos centrais nas preocupações dos analistas, e não mais o estudo das determinações estruturais da economia sobre as ações coletivas em andamento.” (GOHN, 2011, p. 279)

Percebe-se que com o passar do tempo cada grupo distinto cria uma unidade exclusiva na política e a tentativa de unir estes grupos não está bem aceita por conta do passado cultural

de cada um deles, já que o que era visto como a priori, não era a realidade do momento vivido.

A inclinação política no momento era ver veracidade em todos os discursos de todas as classes e a autonomia existente na segunda etapa começou a ser questionada no segmento transitório de democracia pois os líderes dos novos movimentos sociais começaram a ter cargos e postos no governo, fazendo parte das negociações que ocorriam nas políticas públicas brasileiras. Nos últimos anos de 1980 de acordo com Gohn (2011, p. 286): "[...] uma redefinição de posturas políticas, e a problemática principal passou a ser a da capacitação técnica das lideranças populares para atuar como co-partícipes das políticas públicas locais".

Ressalta também que várias maneiras de associativismo na área civil atuam em acordo com o Estado tornando mais forte suas identidades, lutas, reconhecimento de direitos em sociedade: "[...] das mulheres, afrodescendentes, povos indígenas, povos originários, crianças/adolescentes, idosos, homossexuais etc." Gohn (2011, p. 85).

A estruturação da democracia que desgasta o exercício autoritário, vem sendo vista como uma utopia necessária a atual sociedade, que acaba tendo uma contribuição para a formação de uma cidadania e cultura política novas desde o início dos novos movimentos sociais. Essa democracia deveria ser vista como o meio e o final de uma modificação e articulação dos projetos globais nos movimentos sociais do Estado como um todo, mantendo o cuidado com a proteção da autonomia dos partidos políticos.

Em *Identidade: a face oculta dos novos movimentos sociais*, o autor Tilman Evers (1984) apresenta a defesa da estruturação de um novo tipo de construção política onde os partidos políticos são necessários para a sociedade mesmo muitas vezes sendo considerado um malefício a mesma.

A partir dos anos 90 os autores começam a enxergar que a separação da área política e dos novos movimentos sociais precisam ser vistos no aprofundamento de uma reflexão nas suas teorias, já que neste mesmo período acontecia na parte da educação um aumento do que se chamava de crise de paradigmas no marxismo, tendo o intuito de tornar moderno, jovem e se haveria uma real necessidade de ter o Marxismo neste duelo.

A quarta etapa foi iniciada nos anos iniciais desta década no momento em que as teorias dos novos movimentos sociais começam a ser vistos como uma rede de movimentos, constatado, pelos autores deste período, como uma forma de argumentar as igualdades e os desafios destas novas lutas.

A transformação dos novos movimentos sociais era a consequência das articulações políticas numa atual abordagem da rede e do traquejo político estadual, federal e global, sendo considerado uma batalha definitiva da democratização direcionada ao socialismo.

Essas redes de movimentos são formas alternativas de acordar os novos movimentos sociais e suas diferenças. Cria-se então a cidadania coletiva e a exclusão social, onde a primeira era a visão de um novo aprender e as suas conveniências sem precisar de pressão, reivindicação e demandas; já a exclusão social davam explicações da extrema violência e da desintegração do domínio periférico e como surgiu o poder paralelo.

Ocorreram embasamentos sobre as explicações das teorias marxistas sobre a democracia popular e suas estratégias, a fim de defender um modelo simples para inclusão das classes

trabalhadoras dos novos intelectuais. Havia uma necessidade e uma pressão na busca de articulações e parcerias nos novos movimentos sociais para que ocorresse estruturação de uma cidadania com autonomia, particularidades e identidade com aprofundamento.

Gohn (2011) destaca uma nova visão e referências das tendências internacionais:

"A nova referência são os novos atores sociais – mulheres, jovens, negros, índios etc., e os pobres, os excluídos, os apartados socialmente pela nova estruturação do mercado de trabalho" (GOHN, 2011, p. 288).

Essa nova rede teve seu início e sua forma articulada na Eco 92, dando realce as Associações Nacionais de ONGs, Central de Movimentos Populares e vários fóruns com temas na visão de pensamentos e de interpretação dos novos movimentos sociais com a integração de diversidades das lutas sociais. A rede de movimentos tem algumas implicações na busca das inter-relações estaduais, federais e globais no que diz respeito ao uno e o diverso, particular e universal, sendo intercomunicativo e interdependente, dando visão aos direitos: ecológicos, étnicos, humanos, feministas e pacíficos.

A inter-relação entre o particular e universal é realizada pela negação marxista, preservando, nesta rede, as particularidades com a garantia do plural respeitando as diversas diferenças.

A expansão da cidadania se dá a partir da importância que a política dá as Organizações Não Governamentais (ONGs) como substituto da formulação e construção das novas concepções, dos novos movimentos sociais, que reivindicam seu espaço e sua legitimidade como uma nova instância denominada Terceiro Setor.

O texto Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social do ano de 2005 do autor Carlos Montaña, destacava que o Terceiro Setor ludibriava o papel que as ONGs teriam, dando uma autonomia que não precisavam nos novos movimentos sociais brasileiros, já que as ONGs, através destes novos movimentos, geram um embate político diminuído no seu vínculo com o Estado.

Montaña (2005) também descreve que:

"Por outro lado, como "parceiros" do Estado, tendem a não mais buscar impor suas conquistas através da luta, mas a "pedir", "negociar", formar "parcerias" no campo do possível, do prático inerte, do real tal como ele se apresenta na sua imediaticidade" (MONTAÑO, 2005, p. 274).

De acordo com Gohn (2011) quando se trata da institucionalização dos novos movimentos sociais:

"[...] um simples movimento organizado por forças de oposição ao governo, com propostas radicais e socializantes [...]", mas como um "[...] interlocutor para a formulação de uma reforma agrária para o país [...]" (GOHN, 2011, p. 311).

A mudança destes movimentos sociais para Organizações Não Governamentais (ONGs) se dá através da participação e descentralização de forma institucionalizada politicamente para que o poder local tenha total força de decisão, criando-se assim campos de negociações políticas com a participação de todos os movimentos sociais envolvidos no ato; mostrando a sociedade que estes novos movimentos sociais desejam fazer parte das políticas públicas brasileiras para formar uma nova maneira de democracia, onde os mesmos teriam a obrigatoriedade de

fazer apresentações de propostas e resoluções para problemas surgidos utilizando os recursos que são repassados as ONGs.

Maria da Glória Gohn (2011) nos dá a conclusão de que :

“Nos locais onde havia movimentos organizados, o novo paradigma da ação social tem gerado redes de poder social local. Estas redes são formadas por lideranças dos antigos movimentos, por uma base militante pequena, que agora assume o papel responsável por etapas ou processos em andamento, e por técnicos das ONGs, profissionais semiquali- ficados ou com qualificação, mas principiantes no mercado de trabalho, atuando como assalariados, num campo de trabalho pouco preocupado com as questões ideológicas ou político-partidárias, e mais preocupado com a eficiência das ações, com o êxito dos pro- jetos, pois dele depende sua continuidade e, portanto, seu próprio emprego. Os partidos políticos vêm perdendo espaço e importância neste novo cenário.”(GOHN, 2011,p.315-6)

Em meados dos anos 90, a associatividade é ligada a articulação dos desafios das clas- ses trabalhadoras, mas essas mesmas classes se tornam passivas já que ocorre políticas gene- ralizadas deixando os trabalhadores privados de seus direitos básicos pela maneira que muitas associações sindicalizadas tratam seus questionamentos, tornando assim a democracia que existe em restritiva.

Os processos de cooptação e burocráticos dos novos movimentos sociais os tornam in- conclusos e incompletos pois as privatizações em massa, o desemprego altíssimo, a diminuição salarial e a precariedade no serviço público não foram capazes de inutilizar as lutas sociais.

Temos neste período alguns destaques como Economia Solidária; espaços abertos en- tre o mercado e o Estado; poder e desenvolvimento locais; predominância e fortalecimento da sociedade civil; desenvolvimento dos territórios e suas territorialidades que transpunham para a construção do socialismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A chegada de um líder com votação democrática no país tem o resultado de uma vitória dos novos movimentos sociais com a força máxima da democratização onde se institui a agre- gação das classes sociais sem exploração e opressão. Os novos movimentos sociais não são tão novos, já que as suas teorias já tem praticamente 40 anos (ou um pouco mais), e mesmo passando este tempo todo as mudanças esperadas na sociedade não foram exatamente as que aconteceram.

A grande maioria dos novos intelectuais neste novo movimento social tem a expressão de tentar a superação das tradições de Marx e dos desafios das classes que ele se referia, de- senvolvendo esta situação com uma função menor de maneira que estes intelectuais não tem uma genuína preocupação coma fundamentação histórica da produção capitalista e histórica.

Através das teses dos novos movimentos sociais constrói-se a militância com olhares diferenciados globais, mobilizados na estratégia popular e democrática, já que os teóricos princi- pais destes novos movimentos têm um engajamento nas lutas que seguem de forma ativa, man- tendo-se um defensor ferrenho e ativo com vínculo nos desafios e nas lutas por seus direitos.

A ação da força material na prática política das classes são a maneira que a militância tem de informar os novos movimentos sociais e como suas teorias contribuem na abrangência

das lutas e desafios realizados pelas classes como seu papel na democracia. As experiências que vem sendo vistas na atual sociedade não superam os fundamentos do que se luta pois não é nenhuma crítica de nexos moral e sim apontamentos para resoluções de problemas cotidianos.

Temos a certeza de que há muito mais complexidade nesta história do que imaginamos já que existem particularismos independentes de vontades, que estão em saturação e questionam várias teorias inovadoras a fim de obter respostas para formar as tendências do pensamento social e seu desenvolvimento. Estas mesmas respostas têm várias versões pois são vistas de maneiras distintas por ambos os lados que questionam e é feito uma imposição de ser a parte central da nova democracia ofertando a permissão da integração entre a estratégia e as teorias dos movimentos sociais.

Geralmente o ponto inicial de uma teoria parte de fazer uma análise diagnóstica do motivo de criá-la e qual das crises precisam ser revisitadas no Marxismo, o novo movimento social explodiu em meados dos anos finais de 1960 e iniciais de 1970 e seu ponto de início foi analisar, observar, completar seus princípios de fundamentação e quais novidades o mesmo nos apresentou.

Pelos vários motivos explanados aqui, a ideologia das teorias dos novos movimentos sociais está ligada seguramente com todas as consequências que a política oferece, já que nesta ideologia há um intento de superação a priori do seu passado como defesa do presente em sua prisão. A partir do fim dos anos 60 então surgiram os maiores, e com explicações sobre, conflitos da escassez das teorias marxistas e suas tradições, obtendo a grande disputa em realizar o esmiuçamento das causas e seus impulsos com as características das lutas sociais sem perder sua filosofia jamais.

REFERÊNCIAS

EVERS, Tilman. MULLER-PLATENBERG, C.; SPESSART, S. Movimentos de Bairro e Estado: lutas na esfera de reprodução na América Latina. In: MOISES, J. A. (et. al). Cidade, Povo e Poder. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 110-164, 1982

FONTES, Virgínia. O Brasil e o Capital-imperialismo: teoria e história. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

GOHN, Maria da Glória. Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. 9ª Ed. São Paulo, Edições Loyola, 2011.

MONTAÑO, Carlos. Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2005

PERRUSO, Marco Antonio. A Temática dos Movimentos Sociais Urbanos no Brasil dos Anos 1970/80. Revista Mundos do Trabalho, v. 4, p. 32-56, 2012.

PERRUSO, Marco Antonio. Em Busca do "Novo": intelectuais brasileiros e os movimentos populares nos anos 1970/80. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: IFCSUFRJ, 2008.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes de Movimentos Sociais. 2ª Ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.